unesco

O jornalismo é um bem público



TENDÊNCIAS MUNDIAIS EM MATÉRIA DE

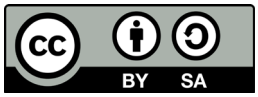
Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social

RELATÓRIO GLOBAL 2021/2022

> DESTAQUES

Publicado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Educação,
Ciência e Cultura
7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França

© UNESCO 2021



CI-2021/WTR/4

É concedido acesso livre à seguinte publicação sob a licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os utilizadores aceitam estar vinculados aos termos de uso do Repositório de Acesso Aberto da UNESCO (http://www.unesco.org/openaccess/terms-use-ccbysa-en).

As designações utilizadas e a apresentação de material ao longo desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO sobre o estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou sobre a delimitação das suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são dos autores; não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.

Esta publicação deve ser citada como se segue: UNESCO. 2021. *O jornalismo é um bem público: Tendências Mundiais em matéria de liberdade de expressão e desenvolvimento da comunicação social, relatório global 2021/2022*. Paris: UNESCO.

Encontrará mais informações e o Relatório de Tendências Mundiais completo em: https://www.unesco.org/en/world-media-trends

Equipa editorial da UNESCO: Guy Berger, Guilherme Canela, Rachel Pollack, Annina Claesson

Editor principal: Nicholas Benequista

Editor associado: Kate Musgrave

Gestor de publicação e editor da série Relatório de Tendências Mundiais: Rachel Pollack

Responsável pela comunicação: Oscar Castellanos

Pesquisa e análise: Emmanuel Letouzé e Ivette Yáñez Soria, com Daniela Arregui Coka, Enrique Bonilla, Mateo Rojas, Guillermo Romero, Alina Sotolongo e Zinnya del Villar (Data-Pop Alliance); Jonathan Birdwell, Antonia Kerle e Ailia Haider (Economist Impact); Matthew Fraser; Aldo Magoga

Revisão especializada: Sulemana Braimah, Silvia Chocarro, Marius Dragomir, Simon Ellis, Mijal Iastrebner, Larry Kilman, Hayes Mabweazara, Daoud Kuttab, Anya Schiffrin, Alan Soon

Contribuições adicionais da UNESCO: Fuensanta Amorós Cascales, Sara Bonyadi, Andrea Cairola, Theresa Chorbacher, Jaco Du Toit, Ma'aly Hazzaz, Elisa Kirkland, Marius Lukosiunas, Terré Lundy-McMillan, Saorla McCabe, José Pessoa

Este trabalho beneficiou do apoio do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS). Foram recebidos contributos dos participantes numa reunião de especialistas em estatística, em fevereiro de 2020, convocada pelo Setor de Comunicação e Informação da UNESCO e pelo UIS, e de um painel sobre viabilidade dos meios de comunicação convocado pela Economist Impact em abril de 2021.

Design **gráfico,** *design* **da capa e tipografia:** Marc James

Capa © Shutterstock / New Africa
p. 17, 19 © Félix Guillermo Márquez Sánchez

Impresso pela UNESCO

Prefácio



O ano de 2021 marcou o 30.º aniversário da Declaração de Windhoek, a partir da qual as Nações Unidas, seguindo os passos de jornalistas africanos, se comprometeram com o desenvolvimento de meios de comunicação livres, pluralistas e independentes – um princípio que está no cerne do mandato da UNESCO.

Durante a pandemia da COVID-19, numa altura em que o acesso à informação de qualidade tem sido uma questão de vida ou morte, vimos mais uma vez como as nossas sociedades precisam de jornalistas e profissionais da comunicação social para informar os cidadãos num mundo cada vez mais complexo. No entanto, a pandemia também sublinhou, e por vezes agravou, as ameaças que pesam sobre os meios de comunicação social – desde a fragilidade financeira até aos ataques à liberdade de imprensa. Estas ameaças podem mesmo ser existenciais, como salientou o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Para neutralizar estas ameaças, precisamos primeiro de as avaliar e compreender. É o que faz a UNESCO, agindo como observador global e publicando este relatório de referência: *Tendências Mundiais em matéria de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social*. Este trabalho não seria possível sem o apoio inabalável dos nossos parceiros, especialmente da Suécia, por meio do Programa com múltiplos doadores sobre Liberdade de Expressão e Segurança dos Jornalistas.

A edição de 2021/2022 do Relatório de Tendências Mundiais, que se baseia em pesquisa realizada com investigadores e universidades, em parceria com a Economist Impact, acompanha a evolução dessas tendências desde 2016. Entre a persistência destes fenómenos e a sua drástica aceleração, podemos distinguir três grandes desafios no acesso à informação.

O primeiro continua a ser a segurança dos jornalistas. O Relatório sublinha a natureza única desta questão ao mostrar que, nos países em questão, a violência contra jornalistas não pode ser simplesmente explicada por taxas de homicídio ou pela impunidade por crimes violentos. O Relatório também destaca as novas ramificações deste problema pernicioso, incluindo o desenvolvimento da violência em linha e da violência especificamente dirigida às jornalistas.

O segundo desafio – a liberdade de imprensa e de informação – abrange muitas questões da era digital. Primeiro, há a regulação do discurso em linha, que, se não for definida e equilibrada com precisão, pode pôr em perigo a liberdade de expressão, como demostra a nossa pesquisa. Há também a questão do papel crescente das plataformas em linha e dos seus algoritmos, que são muitas vezes opacos quando se trata de acesso à informação, apesar da proliferação de informações falsas e do discurso de ódio. O último tema de preocupação é a independência editorial, que por vezes falta nos meios de comunicação, frequentemente devido à falta de independência financeira.

Isto leva-nos ao terceiro desafio: a viabilidade económica dos meios de comunicação. Nos últimos cinco anos, as receitas globais de publicidade em jornais caíram para metade. Numa altura em que cinco plataformas digitais absorvem mais de metade de toda a receita publicitária, os meios de comunicação social têm de encontrar novos modelos económicos para sobreviver.

Estas observações estão no cerne da Declaração de Windhoek+30, adotada este ano no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa para reafirmar os princípios de Windhoek à luz dos desafios contemporâneos. E, porque a informação é um bem comum global, indispensável ao diálogo aberto dentro e entre as nossas sociedades, a UNESCO trabalha todos os dias com governos, a comunicação social, as plataformas em linha e todos os intervenientes da economia da informação.

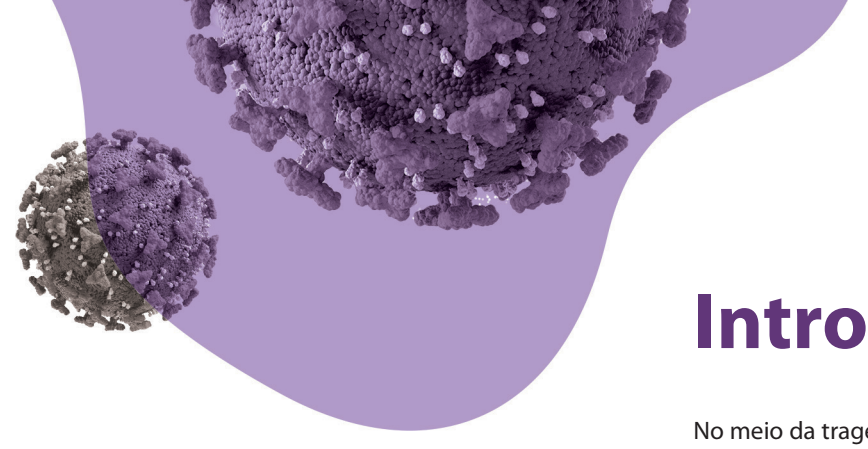
Audrey Azoulay

Audrey Azoulay
Diretora-Geral da UNESCO



With the support of the
UNESCO Multi-Donor Programme on Freedom of
Expression and Safety of Journalists (MDP)





Introdução

«A capacidade de causar desinformação em larga escala e minar factos cientificamente estabelecidos é um risco existencial para a humanidade.»

António Guterres
Secretário-Geral das Nações Unidas

No meio da tragédia e ansiedade da pandemia global, confinados nas suas casas, cidadãos de todo o mundo analisavam as suas televisões e rádios, folheavam jornais e vasculhavam sítios de notícias em linha e aplicações, procurando incessantemente informação importante e de confiança. Como é que o governo estava a responder à pandemia? Era seguro ir ao trabalho ou comprar comida? Quando é que estaria disponível uma vacina?

Nem todos encontraram a informação de que precisavam. Muitas vezes, a comunicação social noticiosa lutou para acompanhar a procura – uma tarefa que se tornou ainda mais difícil devido a quedas aceleradas nas receitas e capacidade limitada, especialmente para jornais e canis de comunicação locais no Sul. Alguns meios de comunicação social não cumpriram os padrões de qualidade profissional. E alguns públicos encontraram desinformação: mitos, boatos e mentiras, em quantidades tais que lhe podemos chamar «desinfodemia», uma pandemia de informação não verificada ou enganadora. Essas falsidades – espalhadas intencionalmente ou não – geram confusão, divisão e discórdia, afetando vidas e meios de subsistência em todo o mundo.

«A capacidade de criar desinformação em larga escala e minar factos cientificamente estabelecidos é um risco existencial para a humanidade», observou o Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres no seu relatório *A Nossa Agenda Comum*. «Enquanto defendemos vigorosamente o direito à liberdade de expressão em toda parte, devemos igualmente encorajar as sociedades a desenvolver um consenso comum e empiricamente apoiado sobre o bem público dos factos, da ciência e do conhecimento.»[1]

Os falsos conteúdos relacionados com a pandemia da COVID-19 espalharam-se rapidamente nas redes sociais, por vezes amplificados por figuras públicas sem escrúpulos ou enganadas. Em setembro de 2020, por exemplo, mais de 1 milhão de publicações circulavam no Twitter com informações imprecisas, pouco fiáveis ou enganosas relacionadas com a pandemia.[2] O Facebook também informou que, desde o início da pandemia até agosto de 2021, removeu mais de 20 milhões de publicações no Facebook e no Instagram por promoverem informações erróneas relacionadas com a COVID-19.[3] Essas ondas de desinformação e de má informação também foram frequentemente acompanhadas por grandes quantidades de discursos de ódio.

Neste contexto, o jornalismo prestou um serviço de linha da frente essencial, que salvou vidas, durante toda a pandemia, informando o público, responsabilizando os responsáveis e denunciando a investida de desinformação. Por exemplo, em março e abril de 2020, uma rede de mais de 100 organizações de verificação de factos e veículos de informação por todo o mundo estavam ocupados a denunciar até 1 700 reivindicações falsas por mês relacionadas com COVID-19.[4] As consequências potencialmente fatais da



Em setembro de 2020, os investigadores identificaram mais de

1 milhão de tuítes

com informações inexatas, pouco fiáveis ou enganosas relacionadas com a pandemia

Observatório de Infodemias Covid-19

[1] ONU (Organização das Nações Unidas). 2021. *A Nossa Agenda Comum: Relatório do Secretário-Geral*. Nova Iorque, ONU, p. 27. https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf.
[2] Observatório de Infodemias Covid19. 2021. Índices das redes sociais. https://covid19obs.fbk.eu/#/. Dados analisados pela Data-Pop Alliance para este Relatório.
[3] Rosen, G. 2021. Community Standards Enforcement Report, Second Quarter 2021 [Relatório de Aplicação das Normas Comunitárias, Segundo Trimestre 2021]. Facebook, 18 de agosto. https://about.fb.com/news/2021/08/community-standards-enforcement-report-q2-2021/.
[4] Instituto Poynter. 2021. Lutar contra a Infodemia: The #CoronaVirusFacts Alliance. https://www.poynter.org/coronavirusfactsalliance/. Dados fornecidos e analisados pela Data-Pop Alliance para este Relatório.



Em março e abril de 2020, uma rede de

mais de 100 organizações de verificação de factos e agências noticiosas denunciaram até 1 700 falsas alegações por mês relacionadas com a COVID-19

Instituto Poynter

desinformação sobre a COVID-19 relembraram-nos que a resiliência das nossas sociedades depende do jornalismo de qualidade, do acesso à informação e da literacia informativa e mediática. Estes princípios foram reconhecidos pela *Declaração de Seul de 2020 sobre Literacia Informativa e Mediática para Todos e por Todos: uma Defesa contra a Desinfodemia* e muitas outras declarações que assinalaram as comemorações do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e do Dia Internacional do Acesso Universal à Informação.

Uma comunicação social livre, pluralista e independente, um padrão normativo global desde o início dos anos de 1990, permanece tão relevante como sempre. Estes princípios foram associados a imperativos adicionais na Declaração Windhoek+30, de 2021, sobre a informação como um bem público. Esta iniciativa reconheceu a necessidade urgente de abordar tanto a viabilidade económica dos meios de comunicação cuja sustentabilidade está sob grande pressão, como a transparência das empresas da Internet sobre a forma como tratam os conteúdos nos seus serviços.

Ainda que as fontes de notícias fiáveis tenham assistido a um aumento do número de leitores e telespectadores durante a crise global, em muitos aspetos o jornalismo emergiu mais fraco. A pandemia foi um duro golpe para as já frágeis bases económicas da indústria noticiosa, intensificando uma tendência de declínio nas receitas publicitárias, na perda de empregos e no encerramento de redações. Também deu cobertura a violações da liberdade de imprensa. Investigações do Varieties of Democracy (V-Dem) Institute constatam que as medidas da COVID-19 justificaram violações significativas da liberdade de imprensa em todas as regiões do mundo, inclusive em 96 dos 144 países presentes no seu estudo de 2021.[5]

Neste contexto, o *Relatório Global 2021/2022 sobre Tendências Mundiais em matéria de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social:* compila as sombrias evidências de que a atual oferta de jornalismo – que já era insuficiente para atender às necessidades em muitas sociedades (e muitas vezes existia enfrentando enormes obstáculos) – já não pode ser considerada como garantida. Os resultados são fundamentados na análise de dados, conduzida pela UNESCO em parceria com a Data-Pop Alliance, das tendências em matéria de liberdade de imprensa, pluralismo, independência e segurança dos jornalistas, e complementados por investigação original da Economist Impact encomendada para este Relatório.

As medidas associadas à COVID-19 têm sido utilizadas para justificar violações significativas da liberdade de imprensa em todas as regiões do mundo

Varieties of Democracy Institute

Dando atenção especial ao jornalismo como bem público, o Relatório de Tendências Mundiais 2021/2022 foi concebido para servir como um recurso-chave para os Estados-Membros da UNESCO, organizações internacionais, sociedade civil, meios de comunicação e académicos.

[5] Kolvani, P., Lundstedt, M., Edgell, A., e Lachapell, J. 2021. *Recuos da Pandemia: um ano de violações e avanços em resposta à COVID-19*. V-Dem Institute, Documento sobre Políticas N.º 32. https://www.v-dem.net/media/filer_public/35/13/35133a44-9a22-435a-b1bf-ced1b05a2b69/pb_32.pdf.



Liberdade de imprensa em todo o mundo, 30 anos depois da Declaração de Windhoek

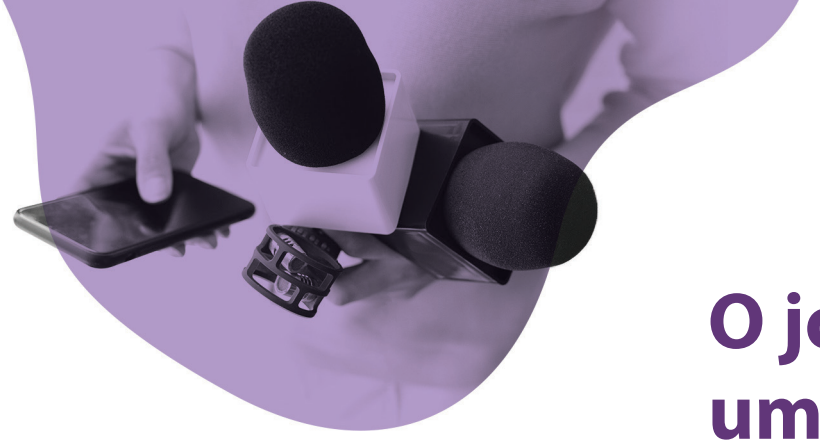
Há trinta anos, a Declaração de Windhoek de 1991, adotada por jornalistas de todo o continente africano num seminário organizado pela UNESCO, marcou o início de uma notável expansão da liberdade, do pluralismo e da independência nas notícias. Essa expansão deveu-se muito à liberalização dos mercados da comunicação social. Por mais imperfeito que seja, o combustível da publicidade, das vendas e das assinaturas forneceu a muitas organizações noticiosas em todo o mundo os recursos e a independência de que necessitavam para trazer informações fiáveis ao público. Hoje, esse modelo está esgotado.

Essas normas a favor da liberdade, do pluralismo e da independência da comunicação social ainda são essenciais, mas por si só não enfrentam os desafios atuais da desinformação e da má informação, do modelo de negócios em declínio do jornalismo ou das crescentes táticas digitais que suprimem o jornalismo independente e a dissidência democrática na Internet. Sem viabilidade, a liberdade de imprensa é oca, a independência pode ser facilmente comprometida e o pluralismo torna-se uma sombra do que deveria ser. Sem transparência por parte dos guardiões da Internet, o papel destes na comunicação não pode ser avaliado e alinhado com os padrões internacionais de liberdade de expressão. E sem cidadãos com literacia informativa e mediática, que sabem discernir, valorizar e exigir jornalismo de qualidade, o risco de a comunicação social ser ultrapassada por outro tipo de conteúdos é alto.

Sem viabilidade, a liberdade de imprensa é oca, a independência pode ser facilmente comprometida e o pluralismo torna-se uma sombra do que deveria ser.

A maneira como as nossas sociedades lidam com este momento de crise e transformação deve ser julgada pela forma como estamos a cumprir o desiderato de «criação, manutenção e promoção de uma imprensa independente, pluralista e livre» sob estas novas condições. É necessário agir se quisermos que o nosso futuro evolua para o que a Declaração Windhoek+30 reconhece como um mundo em que «a informação capacita os cidadãos a exercerem os seus direitos fundamentais, apoia a igualdade de género e permite a participação e confiança na governação democrática e no desenvolvimento sustentável, não deixando ninguém para trás».[6]

[6] UNESCO. 2021. *Declaração Windhoek+30*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378158



O jornalismo é um bem público

«O tema do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa deste ano, "Informação como bem público", sublinha a indiscutível importância de uma informação verificada e fiável.

Chama a atenção para o papel essencial dos jornalistas livres e profissionais na produção e divulgação desta informação, combatendo a desinformação e outros conteúdos nocivos.»[7]

Audrey Azoulay,
Diretora-Geral da UNESCO

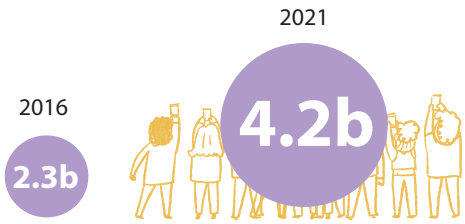
No contexto da informação como bem público, o jornalismo é central. Enquanto notícias verificadas de acordo com o interesse público, o próprio jornalismo pode ser caracterizado como um bem público. Os bens públicos são geralmente definidos como serviços ou mercadorias essenciais – tais como escolas, estradas, iluminação pública e parques – disponíveis a todos na sociedade sem exclusão. Como é frequentemente caro produzir estes bens e como estes oferecem pouco retorno financeiro, os Estados desempenham muitas vezes um papel para garantir o seu fornecimento, diretamente por meio de financiamento ou indiretamente por via da regulamentação.

Como outros bens públicos, o jornalismo desempenha um papel fundamental na promoção de um espaço cívico saudável. Fá-lo fornecendo aos cidadãos informações fiáveis e baseadas em factos de que eles precisam para participar de uma sociedade livre e aberta. O jornalismo atua simultaneamente como um guardião independente e como um programador de agenda. Mas para que o jornalismo funcione como um bem público, ele precisa de operar em condições política e economicamente viáveis, para poder produzir notícias e análises independentes, de alta qualidade e de confiança.

Em países com um serviço público de comunicação social de alta qualidade – distinto da radiodifusão controlada pelo Estado – o jornalismo independente é explicitamente fornecido como um bem público. Tributação, taxas de licença ou outros subsídios apoiam estas organizações de notícias com o mandato de fornecer informação de qualidade ao público em geral. Os verdadeiros meios de comunicação de serviço público, contudo, estão invariavelmente sob pressão para servir governos ou interesses empresariais e estão particularmente vulneráveis à captura. Além disso, o serviço público de comunicação não é, por si só, suficiente para alcançar o pluralismo da comunicação social, o que requer uma diversidade de modelos de financiamento, bem como instituições de comunicação social concorrentes e complementares, incluindo a comunicação social comercial e a comunitária. Mesmo assim, os verdadeiros meios de comunicação de serviço público continuam a ser uma forma fundamental de o jornalismo servir como um bem público essencial.

No entanto, na economia cada vez mais concorrida, os modelos tradicionais de negócios de muitas instituições de comunicação social de todo o espectro estão em crise. Globalmente, as vendas dos jornais continuam a diminuir. As organizações noticiosas lutam para obter os «cliques» que determinam as receitas publicitárias, e muitos veem-se ainda mais espremidos pela proliferação de novas vozes no espaço em linha e pelos algoritmos dos intermediários digitais. O ecossistema digital desencadeou uma enxurrada de conteúdos concorrentes e transformou grandes empresas da Internet em novos guardiões do acesso. O número de utilizadores das redes sociais quase duplicou de 2,3 mil milhões em 2016 para 4,2 mil milhões em 2021, permitindo um maior acesso ao conteúdo e mais vozes, mas não necessariamente com o valor acrescentado diferenciado do conteúdo jornalístico.[8]

[7] UNESCO. 2021. Dia Mundial da Liberdade de Imprensa: 3 de maio de 2021, «A informação como um bem público». https://en.unesco.org/news/world-press-freedom-day-3-may-2021-information-public-good.
[8] Kemp, S. 2021. *2021 Digital: Relatório da Panorâmica Global*. Kepios, 27 de janeiro. https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report.



De acordo com a Kepios,

o número de utilizadores das redes sociais quase duplicou entre 2016 e 2021

O panorama é um em que as receitas publicitárias se deslocaram rapidamente para as empresas da Internet e para longe das organizações noticiosas. Duas empresas, a Google e o Facebook (recentemente rebatizado como Meta), recebem agora aproximadamente metade de todos os gastos globais com publicidade digital.[9] De acordo com dados da Zenith, nos últimos cinco anos, a receita global de publicidade em jornais caiu pela metade; quando analisada ao longo dos últimos dez anos, a perda representa espantosamente dois terços.[10] Isto teve pesadas implicações para o público em todo o mundo que procura fontes de notícias locais fiáveis e que foi deixado em «desertos de notícias». Quando as comunidades perdem as suas fontes locais de notícias, os níveis de envolvimento cívico sofrem.

Diante destas tendências, os jornalistas e os seus aliados estão a experimentar ideias, técnicas e modelos operacionais inovadores para sustentar a viabilidade e a independência das notícias. Desde créditos fiscais e subsídios diretos a financiamentos filantrópicos e modelos sem fins lucrativos (também com base nas experiências das rádios comunitárias), já estão a surgir modelos inovadores de financiamento, inclusive para apoiar os meios de comunicação de interesse público. Algumas organizações também se concentraram mais em modelos de subscrição ou de associados para recolher receitas diretamente do seu público. Redes como o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, o Projeto de Denúncias de Crime Organizado e de Corrupção e os Repórteres Árabes pelo Jornalismo de Investigação estão a encontrar maneiras de trabalhar juntos de forma mais eficiente (e segura). Vários esforços estão em andamento para desenvolver ferramentas de verificação de confiança em linha para leitores, plataformas e anunciantes, para melhor identificar e privilegiar fontes fiáveis. O apoio de emergência aos meios de comunicação social foi utilizado durante a pandemia em vários países.

Embora nenhum plano ou solução seja suficiente em todos os contextos, podemos considerar uma série de abordagens e opções. Para salvaguardar a função do jornalismo como um bem público, é necessária uma ação urgente dos governos, da sociedade civil e do sector privado para reforçar o jornalismo de confiança e criar um ambiente mais favorável à viabilidade dos meios de comunicação social, respeitando os padrões de independência editorial e de liberdade de expressão. Sem isso, não será possível garantir – e expandir – a oferta de jornalismo como bem público dentro do conjunto cada vez mais diverso dos meios de comunicação.



De acordo com dados da Zenith,

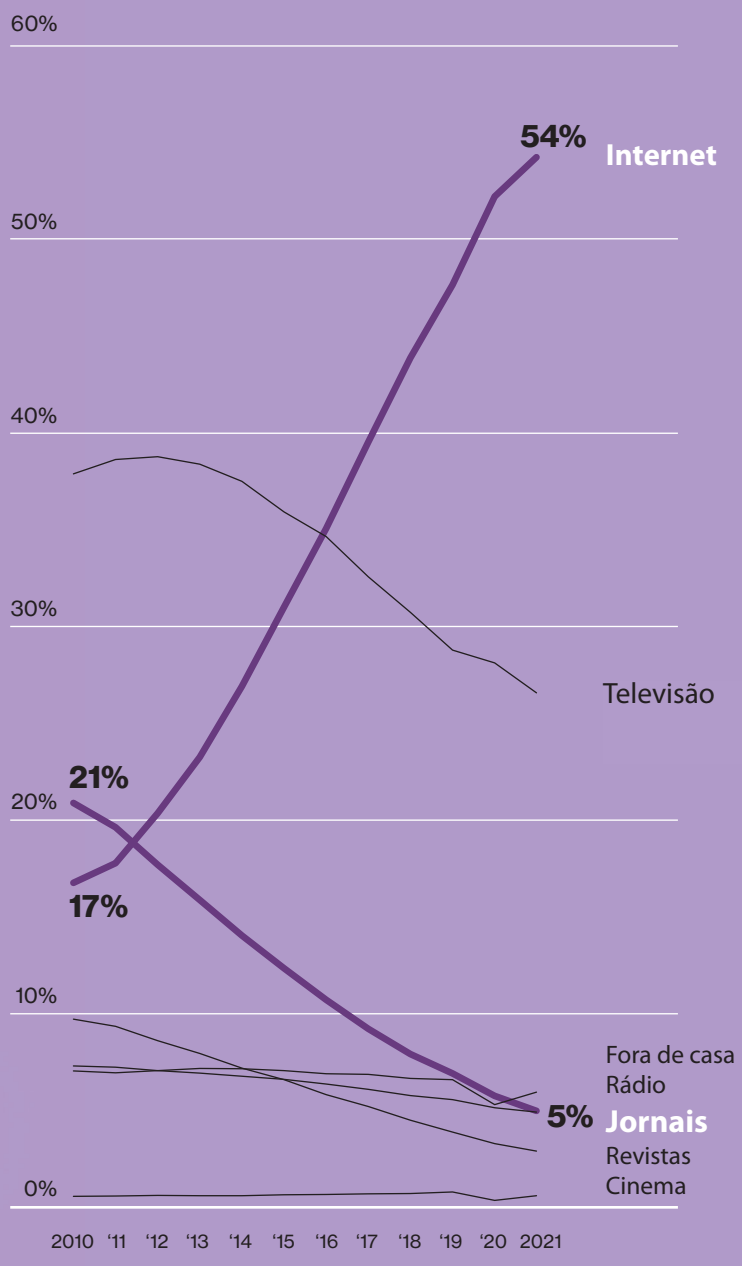
nos últimos cinco anos, as receitas globais de publicidade nos jornais caíram para metade

[9] Cramer-Flood, E. 2021. O mercado global de anúncios digitais ainda é dominado por um duopólio, mas a Alibaba e a Amazon estão à espreita. eMarketer. https://www.emarketer.com/content/duopoly-still-rules-global-digital-ad-market-alibaba-amazon-on-prowl.
[10] Zenith. 2020. *Previsões de Despesas com Publicidade*, dezembro de 2020.

A pandemia acelerou o declínio da viabilidade financeira dos meios de comunicação



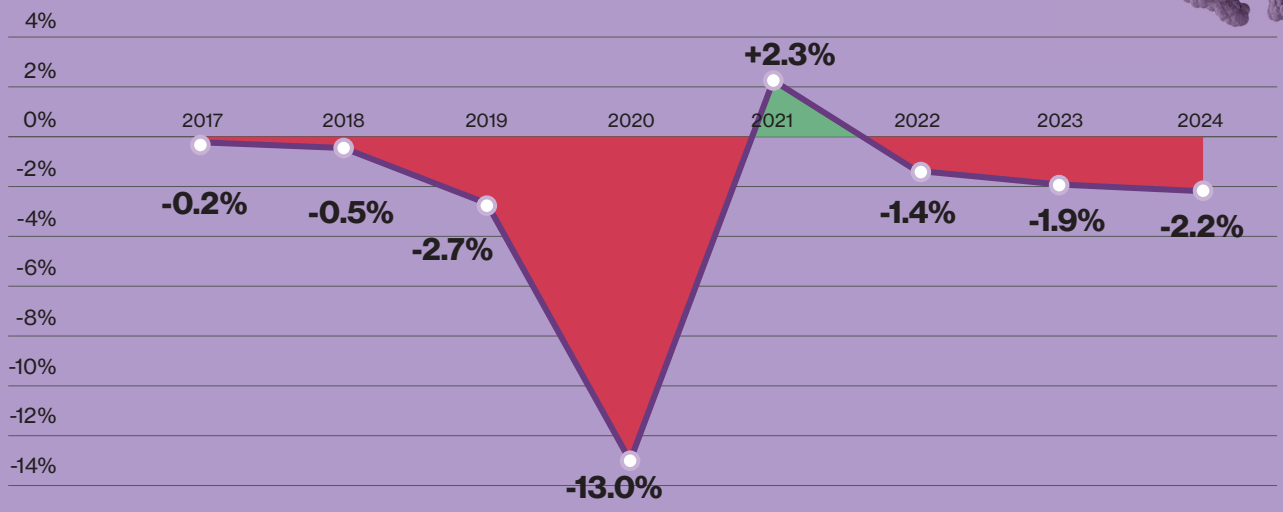
Percentagem das despesas globais com publicidade por meio, 2010-2021



Fonte: Zenith, *Previsões de Despesas com Publicidade*, dezembro 2020

A pandemia da COVID-19 teve um impacto drástico na circulação global de jornais, que diminuiu 13% entre 2019 e 2020, em comparação com menos de 3% entre 2018 e 2019.

A circulação diária de jornais impressos continua a cair



Fonte: PwC Global Entertainment e Media Outlook 2021-2025

Com base numa pesquisa global envolvendo mais de 1 400 jornalistas, como resultado da pandemia:

Segurança no emprego

Dois terços dos inquiridos sentiam-se menos seguros nos seus empregos



Cortes associados à austeridade

Mais de um quinto dos jornalistas inquiridos tinha sofrido um corte salarial



Menos seguros nos seus empregos	**65%**
Não está mais nem menos seguro	**28%**
Está mais seguro no emprego	**6%**
Não respondeu	**1%**

Inquiridos cujo salário tinha sido cortado	**21%**
Inquiridos que perderam o emprego	**6%**
Inquiridos que estavam de licença	**6%**
Inquiridos cujas organizações foram temporariamente encerradas	**4%**
Inquiridos cujas organizações foram extintas	**2%**

Fonte: Centro Internacional de Jornalistas



Tendências em liberdade, pluralismo e independência dos meios de comunicação



Pelo menos

160 países

ainda têm leis criminais de difamação em vigor

UNESCO

A crise financeira na indústria noticiosa foi agravada, na última década, pela erosão das liberdades de imprensa, que diminuíram de forma mensurável desde 2012. De acordo com dados da UNESCO, pelo menos 160 países ainda têm leis criminais de difamação em vigor. Essas leis estão a encontrar nova vida por via de Processos Estratégicos contra a Participação Pública e do «turismo da difamação», por meio dos quais indivíduos se aproveitam do sistema jurídico de um país estrangeiro para mais facilmente interpor um processo por difamação contra um jornalista ou uma empresa de comunicação social, por exemplo. Além disso, pelo menos 57 leis e regulamentos em 44 países foram adotados ou emendados desde 2016 e contêm linguagem excessivamente vaga ou punições desproporcionais que ameaçam a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa em linha.

Além das novas medidas legais, os últimos cinco anos testemunharam um aumento de outras ações que ameaçam os esforços globais para salvaguardar a liberdade de expressão e a universalidade da Internet (para um ecossistema digital baseado nos direitos humanos, aberto e acessível, governado por meio da participação de múltiplas partes interessadas). Houve serviços de notícias que foram bloqueados em linha, jornalistas foram espiados ilegalmente e houve sítios da Internet da comunicação social que foram atacados.

O encerramento da Internet – quando os governos restringem o acesso à Internet, redes móveis ou redes sociais para grandes áreas do território – atingiu um pico de 213 incidentes únicos em 2019.[11] Alguns governos também estão a investir na sua capacidade de «filtrar» e «estrangular» a Internet, bloqueando certos tipos de conteúdo ou retardando o acesso, para desencorajar os utilizadores de procurar informações em linha. Nos últimos cinco anos, os pedidos do governo para remoção de conteúdo nas principais plataformas de internet duplicaram.[12]



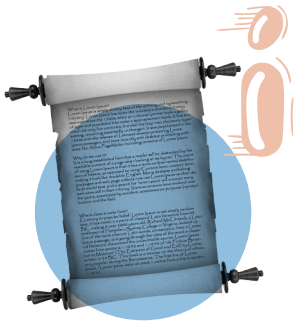
Em 2019, o encerramento da Internet atingiu um pico de

213 incidentes únicos

Access Now

Além das ações dos governos, as empresas privadas de Internet estão a enfrentar um maior escrutínio sobre como lidam com o discurso que não é protegido por normas de liberdade de expressão e como usam dados pessoais para afetar o que os utilizadores veem como resultado da pesquisa, em *feeds* de conteúdo e recomendações. Como parte do crescente apoio das várias partes interessadas a uma maior transparência como meio de aumentar a responsabilidade, a UNESCO estabeleceu uma seleção de 26 princípios de alto nível que podem servir de guia para empresas, formuladores de políticas e reguladores.[13]

[11] Access Now. 2021. *Sonhos despedaçados e oportunidades perdidas: Um ano na luta para #KeepItOn*. https://www.accessnow.org/cms/assets/uploads/2021/03/KeepItOn-report-on-the-2020-data_Mar-2021_3.pdf.
[12] Dados extraídos dos relatórios de transparência da Google, do Facebook e do Twitter e analisados pela Data-Pop Alliance para este Relatório.
[13] Estes princípios são apresentados em: Puddephatt, A. 2021. *Deixar o Sol entrar: Transparência e Responsabilidade na Era Digital*. Nota informativa da série sobre as *Tendências Mundiais em matéria de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social*. Paris, UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377231.



Por meio de medidas constitucionais, estatutárias e/ou políticas,

132 Estados-Membros da ONU

garantem o acesso do público à informação

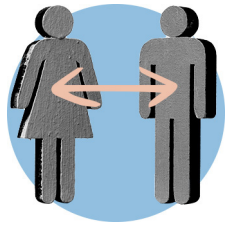
UNESCO

Destacando uma tendência positiva para a informação como bem público, pelo menos 22 Estados-Membros da ONU adotaram garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para o acesso público à informação desde que a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 foi adotada em 2015, elevando o total global para 132 Estados-Membros da ONU a partir de agosto de 2021. Devido aos esforços das organizações da sociedade civil em todo o mundo e ao compromisso dos governos e organismos internacionais e regionais com o princípio da abertura, o número de países com estas leis mais do que triplicou em menos de 20 anos. Um número crescente de países está a submeter dados ao acompanhamento anual da UNESCO sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, referente ao «acesso público à informação e liberdades fundamentais».

O acesso à informação é cada vez mais sinónimo de acesso à Internet. No objetivo 9.C, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da ONU 2030 visa aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e esforça-se por proporcionar acesso universal e acessível à Internet nos países menos desenvolvidos.[14] Por meio deste e de outros compromissos internacionais, o acesso à Internet tem de facto crescido rapidamente, de aproximadamente 30% da população mundial, em 2010, para mais de 50% em 2019.[15] Nos últimos cinco anos, no entanto, o crescimento do acesso à Internet diminuiu, à medida que os mercados lutam para fornecer serviços às populações mais pobres do mundo e no contexto de divisões digitais duradouras em algumas regiões, evidentes em disparidades baseadas em questões como o género, a idade, o estatuto socioeconómico e as divisões entre zonas urbanas e rurais, entre outras.

Para a conquista da igualdade prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é imperativa a plena participação das mulheres na esfera pública, o que, por sua vez, envolve as questões de género na oferta, no tipo e no acesso à informação. Infelizmente, por via de muitas medidas, o progresso no sentido da igualdade de género nos meios noticiosos manteve-se estagnado nos últimos cinco anos. O Global Media Monitoring Project, que tem acompanhado a marginalização das mulheres nos meios de comunicação social de cinco em cinco anos desde 1995, estima que, ao ritmo atual, serão necessários mais 67 anos para fechar a lacuna média da igualdade de género nos meios de comunicação social tradicionais.[16]

O pluralismo dos meios de comunicação social é também cada vez mais ameaçado pela deterioração dos modelos tradicionais de negócio do jornalismo, o que tem tornado as redações mais vulneráveis às pressões tanto dos atores externos como dos proprietários e executivos das organizações noticiosas. Esta forma de captura da comunicação social – quando os órgãos noticiosos são ostensivamente livres, mas comprometidos em termos de independência – continua a ser uma ameaça crescente. Por exemplo, um estudo recente do Center for Media, Data, and Society de 546 entidades de comunicação social administradas pelo Estado em 151 países descobriu que quase 80 por cento não tinham independência editorial.[17]



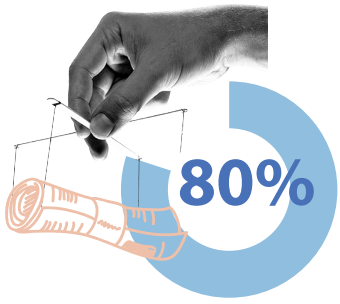
Vão ser precisos mais

67 anos

para reduzir a diferença média de igualdade entre os sexos nos meios noticiosos tradicionais

O Global Media Monitoring Project

[14] Assembleia Geral da ONU. 2017. *Quadro de indicadores globais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030*. A/RES/71/313. https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/.
[15] UIT (União Internacional de Telecomunicações). 2020. Medir o desenvolvimento digital: Fatos e números de 2020. https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx.
[16] GMMP (Global Media Monitoring Project) [Projeto de Monitorização da Comunicação Social Global]. 2021. *Quem faz as notícias?* https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/08/GMMP2020.ENG_.FINAL_.pdf.
[17] Dragomir, M. e Söderström, A. 2021. *O estado da comunicação social: Uma análise global da independência editorial dos meios de comunicação estatais e uma introdução de uma nova tipologia dos meios de comunicação estatais*. Budapeste, Center for Media, Data, and Society. https://cmds.ceu.edu/sites/cmcs.ceu.hu/files/attachment/article/2091/thestateofstatemedia.pdf.



das entidades da comunicação social administradas pelo Estado analisadas num estudo careciam de independência editorial

Center for Media, Data, and Society

As questões da desinformação e da captura da comunicação social contribuíram para padrões de declínio da confiança na comunicação social noticiosa tão abrangentes que têm alimentado preocupações sobre uma «era da pós-verdade», na qual os cidadãos evitam os factos e consomem conteúdos que, pelo contrário, apelam às suas emoções ou crenças políticas. Isto é um mau presságio para a sustentabilidade da comunicação social tradicional e para a política democrática, que depende de algum terreno comum de factos partilhados entre interesses concorrentes. A crescente preocupação com estas tendências, no entanto, também reforçou a consciência internacional e o compromisso com a independência dos meios de comunicação e com a literacia mediática e informativa, como uma ferramenta para abordar as tendências negativas relacionadas com desinformação, o discurso de ódio e outros conteúdos prejudiciais.

Entretanto, a desinformação e a má informação tornaram-se grandes ameaças à informação como um bem público, com as empresas da Internet a servir como vetores e até aceleradores. Um estudo conduzido por investigadores do Massachusetts Institute of Technology, usando dados do Twitter, descobriu que as falsidades naquela plataforma «se difundiram significativamente mais longe, mais rápido, mais profundamente e mais amplamente do que a verdade».[18] E numa pesquisa realizada pela Gallup em 142 países, em 2020, 57% dos utilizadores da Internet disseram estar preocupados com a possibilidade de receberem informações falsas.[19] Em junho de 2020, mais de 130 Estados-Membros da ONU e observadores permanentes, reconhecendo estes riscos, pediram novas medidas, baseadas nos direitos humanos, para combater a disseminação da desinformação.[20]

Embora sejam necessárias mais ações para combater a desinformação, é preciso ter cuidado. Como sublinhado no relatório da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável da UIT/UNESCO, intitulado *Exercício de Equilibrismo: Combater a Desinformação Digital respeitando a Liberdade de Expressão*, é de vital importância que essas respostas obedeçam às normas e estruturas internacionais para a liberdade de expressão e promovam um ambiente propício a que uma imprensa livre possa operar sem restrições.[21]



Falsidades partilhadas no Twitter «difundem-se significativamente mais longe, mais rápido, mais profunda e amplamente do que a verdade»

Massachusetts Institute of Technology

[18] Vosoughi, S., Roy, D., e Aral, S. 2018. A divulgação de notícias verdadeiras e falsas em linha. *Science*, Vol. 359, No. 6380, pp. 1146-1151. https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.aap9559.
[19] Lloyd's Register Foundation. 2020. As «notícias falsas» são a preocupação número um para os internautas de todo o mundo. Lloyd's Register Foundation, 6 de outubro. https://wrp.lrfoundation.org.uk/news-pictures/news/fake-news-number-one-worry/.
[20] Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas. 2020. Pause antes de partilhar, para ajudar a parar a propagação viral da desinformação sobre a COVID-19. UN News, 30 de junho. https://news.un.org/en/story/2020/06/1067422.
[21] Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável. 2020. *Exercício de equilibrismo: Combater a desinformação digital, respeitando a liberdade de expressão*. Geneva/Paris, UIT/UNESCO. https://en.unesco.org/publications/balanceact.

Tendências em matéria de liberdade de imprensa

A liberdade de imprensa continuou a diminuir nos últimos cinco anos

Durante os últimos cinco anos, aproximadamente



da população mundial tem experimentado um declínio na liberdade de imprensa no seu país

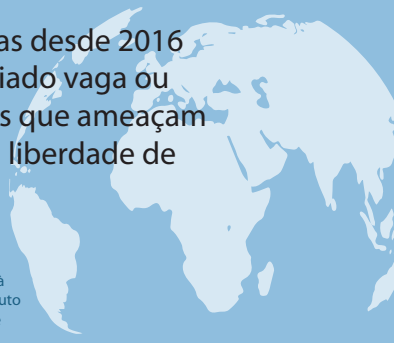
Fonte: Análise da Data-Pop Alliance, baseada em dados do V-Dem Institute e do Banco Mundial

Uma série de novas leis representam uma ameaça à liberdade de expressão em linha

pelo menos

57 leis **em** **44** países

foram adoptadas ou alteradas desde 2016 e contêm linguagem demasiado vaga ou punições desproporcionadas que ameaçam a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa em linha



Fonte: Elaborado pela UNESCO com contribuições do Centro de Estudos em Liberdade de Expressão e Acesso à Informação, do Centro de Direito e Democracia, do Instituto Poynter, da Universidade de Westminster, do Instituto de Imprensa Internacional e da base de dados Cyrilla

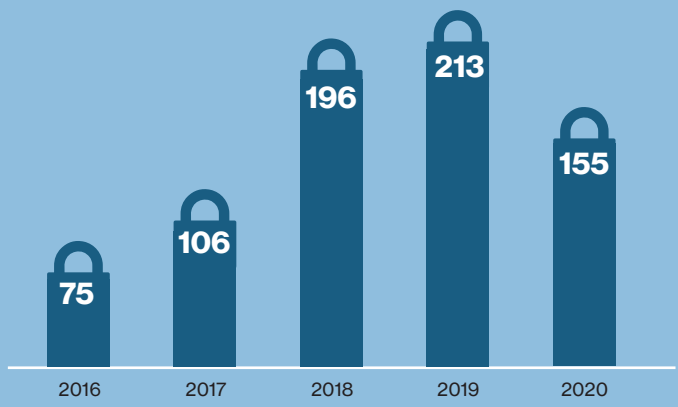
Governos de todo o mundo estão a usar interrupções da Internet e outras ferramentas para silenciar o discurso em linha



Nos últimos cinco anos, os pedidos dos governos para remoção de conteúdo das principais plataformas de Internet duplicaram

Fonte: Dados da Google, do Facebook e do Twitter, analisados pela Data-Pop Alliance

Interrupções da Internet



Fonte: Access Now

A pandemia deu cobertura a violações da liberdade de imprensa



102
restrições do acesso à informação



215
detenções ou acusações



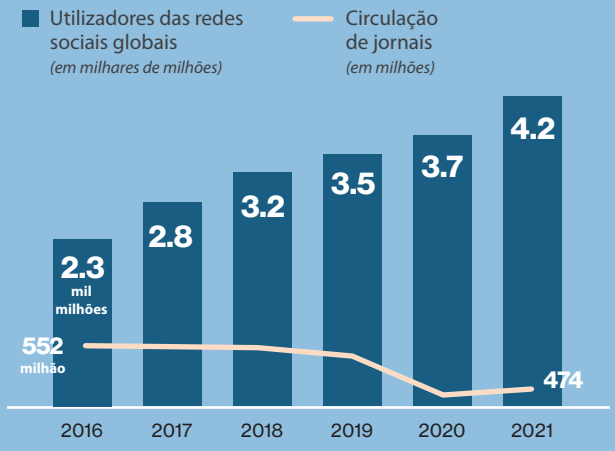
95
casos de censura



238
ataques verbais ou físicos

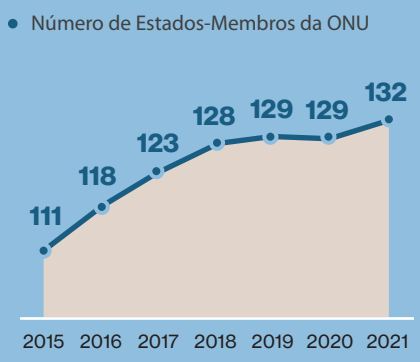
Fonte: Instituto de Imprensa Internacional

Banquete nas redes sociais, fome de notícias



Fonte: Kepios e PwC Global Entertainment Media Outlook 2021-2025

Progresso na aprovação de leis de acesso à informação



Fonte: UNESCO

À medida que a desinformação explode, as iniciativas de verificação de factos expandem-se



Fonte: Duke Reporters' Lab

Risco de desinformação



Global

os inquiridos numa pesquisa de 2019 em 142 países citaram um risco de desinformação



África

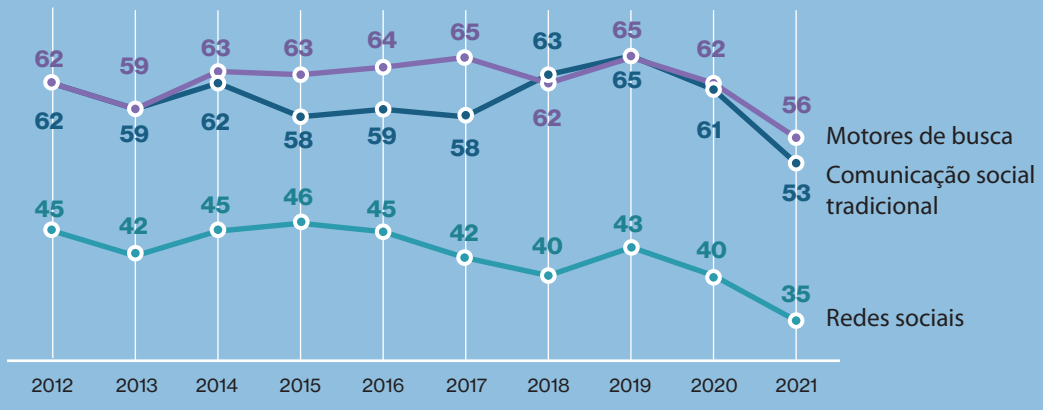


América Latina

são as regiões em que o medo da desinformação é maior

Fonte: Lloyd's Register Foundation

A confiança nas fontes de informação continua a diminuir



Fonte: Edelman Trust Barometer



Tendências em matéria de segurança dos jornalistas



400 jornalistas

foram mortos pelo seu trabalho ou enquanto trabalhavam entre 2016 e o final de 2020

Observatório de Jornalistas Assassinados da UNESCO

Atores hostis continuam a ameaçar os jornalistas com homicídios, raptos, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura apenas por fazerem o seu trabalho. De 2016 até o final de 2020, 400 jornalistas foram mortos pelo seu trabalho ou enquanto trabalhavam. Embora isto seja uma ligeira diminuição em relação ao período anterior de cinco anos, durante o qual 491 jornalistas foram mortos, os últimos anos mostraram a importância de considerar as ameaças contra jornalistas num sentido holístico. Outros métodos de repressão parecem estar a aumentar a níveis recorde, incluindo detenções e prisões arbitrárias e ameaças de violência em linha e fora de linha. De acordo com dados do Comité de Proteção dos Jornalistas, 274 jornalistas foram detidos em 2020, o maior total anual em três décadas.[22] Além disso, nos últimos cinco anos, de todos os assassinatos de jornalistas, a proporção que ocorreu fora dos países em conflito armado tem aumentado constantemente, de 50% em 2016 para 61% em 2020.

As organizações internacionais, a sociedade civil e os investigadores também têm dado maior atenção às ameaças nos últimos anos, incluindo várias formas de violência em linha, que afetam de forma desmesurada as mulheres jornalistas e aqueles que representam grupos minoritários na profissão. Uma pesquisa de 2020 envolvendo 714 jornalistas que se identificam como mulheres de 125 países, realizada pela UNESCO e pelo Centro Internacional de Jornalistas, constatou que 73 por cento tinham sofrido violência em linha no decorrer do seu trabalho.[23] Nos últimos anos, também houve numerosas expulsões de correspondentes estrangeiros e ataques a jornalistas que cobriam protestos. De janeiro a agosto de 2021, a UNESCO registou ataques contra jornalistas associados à cobertura de protestos, manifestações e motins em pelo menos 60 países em todas as regiões do mundo. Desde 2015, pelo menos 13 jornalistas foram mortos durante a cobertura de protestos.

A impunidade para assassinatos de jornalistas continua a ser uma séria preocupação: apenas 13% dos casos registados pela UNESCO desde 2006, ou aproximadamente um em cada dez, são atualmente considerados resolvidos judicialmente. Esta pesquisa também confirma que onde o número de homicídios de jornalistas é elevado, também o é a impunidade relativa a estes homicídios, o que constitui a ameaça de um ciclo contínuo de violência, uma vez que os crimes letais contra jornalistas muitas vezes ficam impunes.



das jornalistas inquiridas sofreram violência em linha no decurso do seu trabalho

Pesquisa da UNESCO/ICFJ

[22] Comité de Proteção dos Jornalistas (CPJ). 2020. 274 Jornalistas detidos. https://cpj.org/data/imprisoned/2020/.
[23] Posetti, J., Shabbir, N., Maynard, D., Bontcheva, K., e Aboulez, N. 2021. *O Arrepiante: Tendências globais na violência em linha contra mulheres jornalistas*. Paris, UNESCO. https://en.unesco.org/publications/thechilling.



dos casos registados pela UNESCO desde 2006 são atualmente considerados resolvidos judicialmente

A pandemia da COVID-19 criou novos desafios para a segurança dos jornalistas e exacerbou os já existentes. Mesmo sendo os jornalistas amplamente reconhecidos como trabalhadores essenciais durante a crise, eles enfrentaram um assédio crescente, tensão psicológica e traumas e um risco elevado de contrair o vírus. Segundo a organização não governamental Press Emblem Campaign, pelo menos 1 846 jornalistas morreram depois de terem contraído COVID-19 entre 1 de março de 2020 e 1 de novembro de 2021.[24]

Em resposta a estes inúmeros desafios, a UNESCO e outros têm trabalhado para aumentar a consciência das ameaças aos jornalistas e comandado inúmeros esforços para os proteger nos últimos cinco anos. Entre 2016 e 2021, foram adotadas 28 resoluções e decisões sobre segurança dos jornalistas pela Assembleia Geral da ONU, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, órgãos diretivos da UNESCO e organizações regionais. Foi também estabelecido um indicador sobre a segurança dos jornalistas (indicador ODS 16.10.1) para medir o cumprimento da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. A UNESCO também fortaleceu as capacidades de mais de 23 000 intervenientes judiciais e 8 500 membros das forças de segurança em todo o mundo em matéria de liberdade de expressão, acesso à informação e segurança dos jornalistas, e publicou numerosos recursos vitais e guias de segurança em cooperação com os Repórteres Sem Fronteiras, a Federação Internacional de Jornalistas, e outros. Os últimos cinco anos também testemunharam uma proliferação de esforços em resposta à dimensão de género da segurança das jornalistas, incluindo iniciativas da sociedade civil como a Aliança Contra a Violência em Linha, a campanha #JournalistsToo da UNESCO e a crescente atenção aos mecanismos de apoio no plano nacional para jornalistas mulheres.

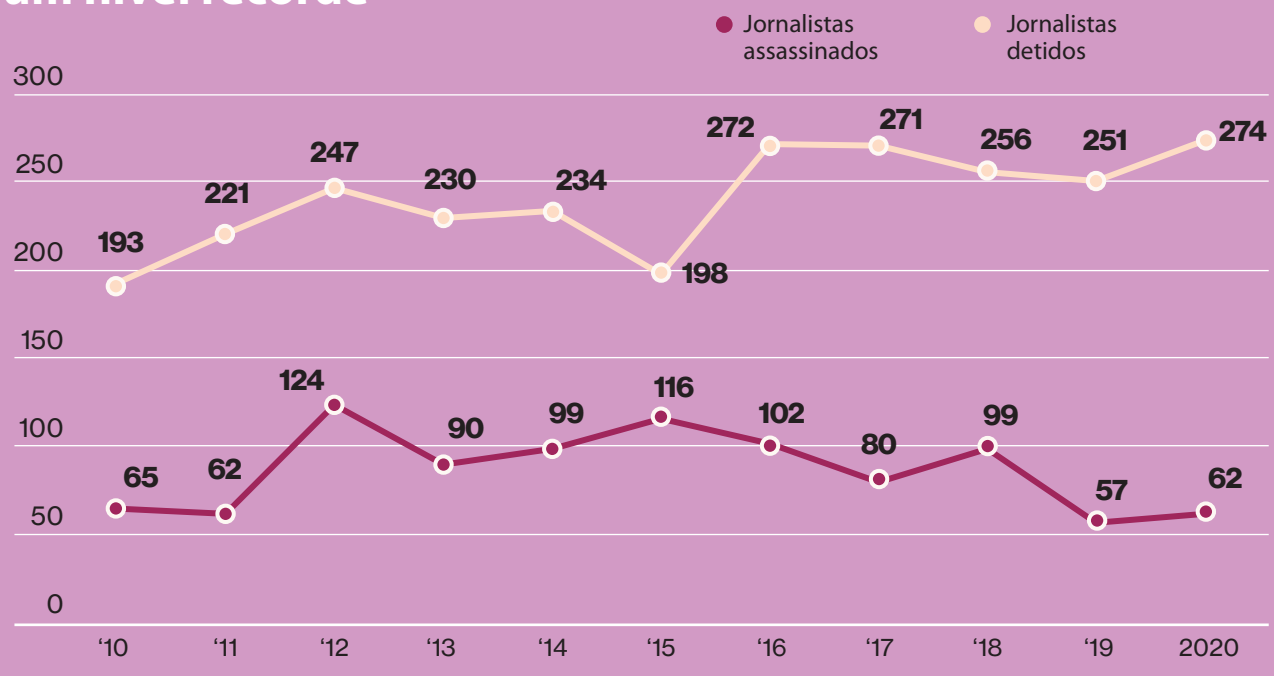
Os mecanismos nacionais de proteção para a segurança dos jornalistas estão a ser implementados em vários países, enquanto os mecanismos de proteção existentes também têm sido continuamente atualizados, particularmente para melhor enfrentar as ameaças com base no género. Outros Estados-Membros também lançaram planos de ação nacionais sobre a segurança dos jornalistas, incluindo as ameaças digitais e com base no género.

[24] PEC (Press Emblem Campaign). 2021. Países com o maior número de mortes de jornalistas relacionadas com a Covid-19. https://www.pressemblem.ch/-1.shtml.

Tendências em matéria de segurança dos jornalistas

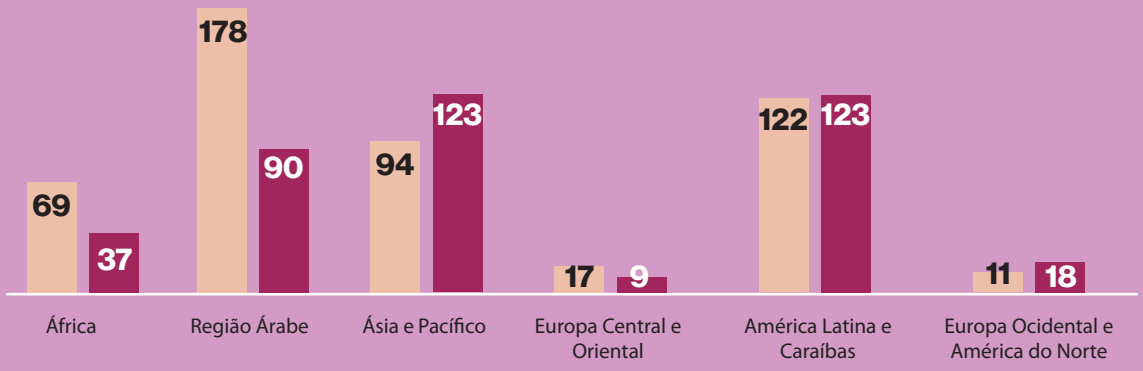


Embora os assassinatos de jornalistas tenham diminuído nos últimos cinco anos, as detenções atingiram um nível recorde



Fonte: Observatório de Jornalistas Assassinados da UNESCO e Comité de Proteção aos Jornalistas

Os homicídios de jornalistas diminuíram quase para metade em algumas regiões, mas aumentaram noutras



Fonte: Observatório de Jornalistas Assassinados da UNESCO

Nos últimos 15 anos, 87% dos casos de jornalistas assassinados continuam por resolver ou por reportar



58%
Em curso/não resolvido

29%
Nenhuma informação recebida

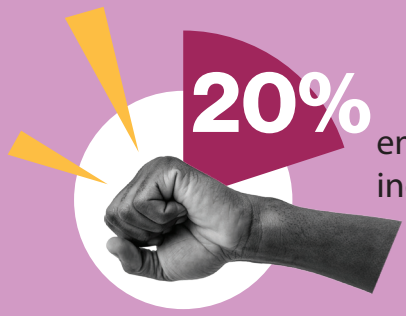
13%
Caso resolvido

Fonte: Observatório de Jornalistas Assassinados da UNESCO

Uma pesquisa da UNESCO/ICFJ de 2020 revelou que, em 625 jornalistas que se identificam como mulheres:



tinha experimentado alguma forma de violência em linha



em 596 mulheres inquiridas

tinham sido atacadas ou abusadas fora de linha em conexão com a violência em linha que tinham experimentado



Direções futuras na liberdade de imprensa



Desde 2013, a Iniciativa dos Juízes da UNESCO

formou mais de 23 000 intervenientes judiciais

sobre estes temas

Embora dê conta da sinistra quantidade de retrocessos, este Relatório de Tendências Mundiais destaca um conjunto de esforços para preservar a liberdade de imprensa e para proteger a segurança dos jornalistas em todo o mundo. Em 2019, os governos do Reino Unido e do Canadá lançaram a Campanha pela Liberdade de Imprensa, desencadeando a criação de uma aliança de governos e trabalhando em parceria com organizações da sociedade civil. A representação de alto nível em duas conferências resultou em novas promessas, incluindo a criação do Fundo Global de Defesa dos Meios de Comunicação Social. No Compromisso de Haia para Aumentar a Segurança dos Jornalistas, de 2020, quase 60 signatários comprometeram-se a implementar o Plano de Ação das Nações Unidas para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade. O Fórum sobre Informação e Democracia obteve 43 apoios do Estado a uma declaração que reivindicava reformas radicais para proporcionar um «New Deal» para o jornalismo. O Fundo Internacional para os Meios de Comunicação Social de Interesse Público, recentemente criado, sublinha ainda mais como o sector dos media se tornou uma prioridade crescente para os doadores bilaterais, multilaterais e privados.

Os Grupos informais de Amigos sobre Segurança dos Jornalistas têm continuado a reunir os Estados-Membros que partilham um compromisso para o fortalecimento do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e o Tema da Impunidade e sua implementação no plano nacional. Por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 2021, os Grupos emitiram uma Declaração Conjunta sublinhando o papel essencial dos Estados-Membros no apoio a uma imprensa livre.[25]

A Freedom Online Coalition, uma parceria de 33 governos, reavivou recentemente os seus esforços para apoiar a liberdade na Internet e proteger os direitos humanos em linha. Além disso, desde 2013, a Iniciativa dos Juízes da UNESCO tem aumentado as capacidades dos intervenientes judiciais em matéria de normas internacionais e regionais sobre liberdade de expressão, acesso à informação e segurança dos jornalistas em regiões de todo o mundo. Mais de 23 000 intervenientes judiciais, incluindo juízes, procuradores e advogados, receberam formação sobre estas questões, nomeadamente por meio de uma série de cursos abertos em linha, formação e oficinas no terreno e a publicação de uma série de ferramentas e orientações.

No plano nacional, o impacto destes esforços internacionais pode permanecer distorcido do ponto de vista geográfico. Em países com grandes mercados publicitários, com formas institucionalizadas de serviço público de comunicação, com tradições bem estabelecidas de liberdade de imprensa e com influência política sobre a gestão de plataformas de Internet, entre outros fatores, tais esforços têm mais probabilidade de sucesso. Nos países mais pobres e no plano local, a crise noticiosa será mais difícil de enfrentar sem um novo impulso concertado com o apoio internacional.

[25] UNESCO. 2021. Os Grupos de Amigos sobre a Segurança dos Jornalistas emitem uma Declaração Conjunta sobre a Liberdade de Imprensa. UNESCO, 10 de maio. https://en.unesco.org/news/groups-friends-safety-journalists-issue-joint-statement-press-freedom.

No entanto, um obstáculo importante àquelas soluções específicas para o jornalismo continua a ser a falta significativa de dados. Nos países e comunidades em que o jornalismo continua a estar mais sitiado, a saúde do sistema noticioso pode ser uma caixa negra. Os esforços para preencher as lacunas de dados são os primeiros passos importantes para soluções mais inclusivas.

De facto, aqueles que trabalham para promover a liberdade de expressão e o desenvolvimento da comunicação social já estão inovando, por via do recurso aos dados, tanto em formas novas como antigas, mas ainda há muito para fazer. Seguindo um mapeamento de mais de 150 fontes de dados de 120 organizações, o Relatório identifica lacunas de dados prioritárias e apresenta uma estrutura focada nas quatro dimensões seguintes:

Disponibilidade

Há dados relevantes, geograficamente diversos e de boa qualidade disponíveis?

Acessibilidade

Quão fácil é o acesso a dados e informações?

Utilização

Com que facilidade os dados podem ser utilizados e comparados?

Estabilidade

A produção e distribuição de dados é sustentável?

A edição global completa do Relatório de Tendências Mundiais apresenta recomendações sobre a forma como estas lacunas podem ser preenchidas por meio da colaboração entre governos, sociedade civil e setor privado. Um maior compromisso com a transparência por parte das principais empresas de Internet será um elemento-chave para a conceção de políticas baseadas em evidências que melhorem o ambiente favorável ao financiamento e à divulgação do jornalismo.

Um apelo à ação

As tendências preocupantes em matéria de liberdade de imprensa, pluralismo, independência, viabilidade, igualdade de género e segurança dos jornalistas destacadas neste Relatório devem dar lugar a um redobramento de esforços.

Sem ação urgente dos governos, da sociedade civil e das empresas privadas, o jornalismo de confiança permanecerá ameaçado e a informação como bem público severamente subnutrida.

Sem literacia mediática e informativa e sem a transparência da Internet, a humanidade pode ser desviada da necessidade de enfrentar os problemas reais do desenvolvimento sustentável e da garantia dos direitos humanos de forma mais abrangente.

Novas formas de auto-regulação por parte dos produtores de notícias, novas regulamentações para as plataformas de comunicação social, subsídios estatais a veículos de notícias fiáveis e maior apoio aos meios de comunicação de serviço público, maior assistência ao desenvolvimento dos meios de comunicação, redobramento dos investimentos filantrópicos; tudo isso sem deixar de assegurar firmemente os padrões de independência editorial e liberdade de expressão: estas são apenas algumas das medidas que podem ser necessárias para garantir que o jornalismo continua a funcionar como um bem público necessário.

O jornalismo é um bem público

TENDÊNCIAS MUNDIAIS EM MATÉRIA DE

Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social

RELATÓRIO GLOBAL 2021/2022



> DESTAQUES

O jornalismo independente – do tipo que favorece o interesse público em detrimento de agendas políticas, comerciais ou de fações – está em perigo. A rápida erosão dos modelos de negócio que apoiam a sustentabilidade da comunicação social aprofundou uma crise da liberdade e segurança dos jornalistas em todo o mundo. A resposta global a estes desafios na próxima década será decisiva para a sobrevivência de uma esfera pública democrática.

Nos últimos cinco anos, aproximadamente 85% da população mundial sofreu um declínio na liberdade de imprensa no seu país. Mesmo em países com longas tradições de salvaguarda do jornalismo livre e independente, as transformações financeiras e tecnológicas forçaram o encerramento de organizações noticiosas, especialmente as que servem as comunidades locais. Com os leitores e os mercados publicitários a transferirem-se para a Internet, as receitas de publicidade dos jornais caíram quase pela metade no período de dez anos que terminou em 2019. A subsequente pandemia da COVID-19 e o seu impacto económico global exacerbaram esta tendência, ameaçando agora criar um evento de «nível de extinção» para organizações de jornalismo independente.

A edição global de 2021/2022 da principal série de relatórios sobre *Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social* examina estas questões dentro do quadro mais amplo do «jornalismo como bem público». As conclusões são baseadas em análises de dados, conduzidas pela UNESCO em parceria com a Data-Pop Alliance, das tendências em matéria de liberdade de imprensa, pluralismo, independência e segurança dos jornalistas, e complementadas por pesquisas originais da Economist Impact encomendadas para este Relatório.

unesco